FAUEPG
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico

SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR N. º 020/2026 – FAUEPG ELETRÔNICO

A FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, instituída por Escritura Pública lavrada no Cartório Correia – 2.º Tabelionato – da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, às folhas 101 a 114 do livro 323-E, em 4 de dezembro de 2006, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sem fins lucrativos e por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 123, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná, doravante denominada **FAUEPG**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Benjamim de Melo Carvalho, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará processo de Seleção Pública de Fornecedores pelo critério de julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE, nos termos do Decreto Federal n.º 8.241/2014 e do Decreto Estadual n.º 8.796/2021**,** para aquisição de **SERVIDORES DE REDE PARA PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS**, conforme especificações do **ANEXO I** do Edital.

O presente certame reger-se-á pelas disposições da Lei Estadual n.º 20.537/21, Decreto Estadual n.º 8.796/21, Decreto Federal n.º 8.241/14, Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente edital e seus anexos.

1. OBJETO E ABERTURA

1.1 A presente Seleção Pública tem por objeto a **aquisição de 4 (quatro) SERVIDORES DE REDE PARA PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS, novos e sem uso,** conforme especificações do Termo de Referência ANEXO I.

LOTE ÚNICO – R$ 1.150.000,00 (Um milhão, cento e cinquenta mil reais).

LOTE	Descrição	Valor Unitário	Subtotal
ÚNICO	Servidor de rede para processamento e armazenamento de dados – 4 (quatro) unidades, com 60 (sessenta) meses de garantia do fabricante, conforme especificações do Termo de Referência – ANEXO I	**R$ 287.500,00**	**R$ 1.150.000,00**
	Valor Global (LOTE ÚNICO)		**R$ 1.150.000,00**

1.2 A contratação será realizada em lote único, contemplando o fornecimento dos equipamentos e da garantia descritos no Termo de Referência – ANEXO I.

1.3 A contratação será realizada com recursos vinculados ao **TED n.º 141/2025, no âmbito do Programa de Fomento à Integração e Gestão de Dados Acadêmicos na UEPG.**

1.4 A abertura da sessão pública será dirigida pela Comissão de Seleção Pública de Fornecedores e dar-se-á na data, horário e endereço eletrônico a seguir:

- **Data limite para esclarecimentos**: até 03 (três) dias úteis antes da sessão pública, por meio do e-mail spf@fauepg.org.br

- **Data limite para cadastramento de propostas**: **30 de novembro de 2026, às 15h00**

- **Data da abertura da sessão pública de lances**: **30 de novembro de 2026, às 15h00**

- **Data limite para envio dos documentos da habilitação, qualificação técnica e a proposta**: conforme item 8.9 do Edital.

Prazo de entrega: até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento formal da Ordem de Compra/Fornecimento pela CONTRATADA, emitida após a assinatura do Contrato.

Valor máximo da seleção: **R$ 1.150.000,00 (Um milhão, cento e cinquenta mil reais).**

Prazo de pagamento: conforme especificado na **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO, da minuta do Contrato –** ANEXO IV**.**

- **Local de realização da Seleção Pública de Fornecedores**: https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/

1.5 A contratação será feita por **MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE** e a proposta comercial deverá ser expressa em planilha com valores unitários e total para cada item. A proposta ajustada ao preço vencedor deverá indicar marca, modelo (quando houver) e encaminhar a especificação técnica completa do objeto, conforme constam do Termo de Referência.

1.6 A comunicação entre os interessados e a Comissão de Seleção Pública de Fornecedores ocorrerá exclusivamente através de troca de mensagens, em campo próprio da plataforma Licitações-e, sendo que os pedidos de esclarecimentos devem ser dirigidos ao e-mail: spf@fauepg.org.br

2. DISPOSIÇÕES SOBRE A SELEÇÃO PÚBLICA DE FORNECEDOR

2.1 A FAUEPG é uma fundação de direito privado, sem fins lucrativos, instituída com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, nos termos da Lei Estadual n.º 20.537/2021.

2.2 A Lei Federal n.º 8.958/94 e a Lei Estadual n.º 20.537/2021 definem que as fundações de apoio devem adotar regulamento específico para aquisições e contratações de obras e serviços, a ser editado por meio de ato do Poder Executivo Estadual, ou, na sua ausência, o disposto no Decreto Federal n.º 8.241/2014.

2.3 A presente Seleção Pública de Fornecedores e a futura contratação serão conduzidas e executadas pela FAUEPG, observadas: (i) a Lei Estadual n.º 20.537/2021 e o Decreto Estadual n.º 8.796/2021; (ii) subsidiariamente, o Decreto Federal n.º 8.241/2014, no que compatível com a regulamentação estadual e com este instrumento convocatório; (iii) para a relação contratual, as disposições do Código Civil e demais normas de direito privado aplicáveis.

2.3.1 A Lei Federal n.º 14.133/2021 será utilizada **apenas de forma subsidiária**, exclusivamente para suprir lacunas procedimentais e somente naquilo que for **compatível** com a natureza privada da FAUEPG e com o regramento próprio de Seleção Pública de Fornecedores, não convertendo este certame em licitação nem em modalidade licitatória típica.

2.3.2 O Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990) poderá ser aplicado **somente quando configurada relação de consumo**, nos termos da legislação e da interpretação jurisprudencial pertinente, sem prejuízo de que as garantias, prazos de correção, níveis de serviço e responsabilidades estejam disciplinados no contrato e em seus anexos.

2.4 A presente Seleção Pública de Fornecedores reger-se-á pelas disposições do Decreto Federal n.º 8.241/2014, adotando, para fins de operacionalização na plataforma eletrônica https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/, procedimento de disputa com características do pregão eletrônico no modo de disputa aberto, conforme previsto no art. 56, inciso I, da Lei Federal n.º 14.133/2021, aplicado subsidiariamente.

2.4.1 O modo de disputa adotado caracteriza-se como aberto, no qual os fornecedores apresentarão suas propostas iniciais e, em sessão pública eletrônica, formularão lances públicos, sucessivos e decrescentes, tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, observando-se o intervalo mínimo estabelecido na plataforma eletrônica.

2.4.2 Em razão das funcionalidades e nomenclaturas próprias da plataforma https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/, desenvolvida para pregões eletrônicos, a presente Seleção Pública será cadastrada no sistema como "pregão eletrônico", exclusivamente para fins operacionais e tecnológicos, sem que tal classificação altere a natureza jurídica do procedimento, que permanece como Seleção Pública de Fornecedores regida pelo Decreto Federal n.º 8.241/2014.

2.4.3 A etapa de envio de lances na sessão pública durará, no mínimo, 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública, conforme funcionalidades da plataforma eletrônica.

2.4.4 A proposta ajustada ao lance vencedor e a documentação de habilitação serão analisadas conforme os critérios estabelecidos no item 8 deste Edital. Caso a plataforma https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/ solicite a apresentação de documentos, declarações ou informações adicionais em razão de suas funcionalidades próprias de pregão eletrônico, a responsabilidade pelo envio e pelo atendimento a tais exigências será inteiramente do fornecedor participante, a fim de evitar sua desclassificação automática pelo sistema, não cabendo à FAUEPG intervir em casos de desclassificação automática decorrente do não cumprimento dessas exigências de sistema.

2.5 A Seleção Pública tem como princípios a impessoalidade, moralidade, probidade,

publicidade, transparência, eficiência, competitividade, busca permanente de qualidade e durabilidade e da vinculação ao instrumento convocatório e os casos omissos serão resolvidos pela fundação de apoio, observados os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, podendo ainda, caso entenda necessário, solicitar parecer jurídico ou técnico para substanciar as decisões. A Lei de Licitações será aplicada na fase de seleção, apenas subsidiariamente.

2.6 A remuneração da CONTRATADA correrá à conta dos recursos vinculados ao projeto apoiado, observadas as condições deste edital e do contrato, competindo à FAUEPG a formalização, gestão e pagamento da contratação.

2.7 Integram este edital, para todos os efeitos legais, os seguintes anexos, que detalham e especificam as condições da contratação.

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTO E OUTROS

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO IV - MODELO DE CONTRATO

3. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

3.1 As solicitações de esclarecimentos referentes a esta Seleção Pública deverão ser formalizadas por e-mail: spf@fauepg.org.br

4. DATAS E HORÁRIOS DA SELEÇÃO PÚBLICA E REFERÊNCIA DE TEMPO

4.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4.2 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas na plataforma e na documentação relativa ao certame.

5. CREDENCIAMENTO À PLATAFORMA LICITAÇÕES-E

5.1 Para acesso à plataforma, os interessados em participar deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no país.

5.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no **https://licitacoes-e2.bb.com.br/aop-inter-estatico/**.

5.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco

do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6. ABERTURA DA SELEÇÃO PÚBLICA E FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1 No dia e horário estabelecidos no item 1.4 do presente edital dar-se-á início à sessão pública da Seleção, com a divulgação das propostas de preços recebidas e nesta fase já devidamente classificadas.

6.2 Aberta etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados à plataforma para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado, o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.1 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 10.000,00 (dez mil reais).

6.3 Todas as propostas classificadas serão consideradas lances e ordenadas por valor, de forma crescente de valor.

6.4 O fornecedor poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado e diferente de qualquer lance válido para o lote em questão.

6.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.6 A desistência em apresentar lance implicará a exclusão do fornecedor da etapa de lances, com manutenção do último valor apresentado para fins de classificação.

6.7 Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados em tempo real dos valores registrados. A plataforma não identifica o autor dos lances aos participantes.

6.8 **No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública.**

6.9 Poderá ocorrer, quando julgado conveniente pela Comissão de Seleção Pública de Fornecedores, suspensão da sessão pública de lances, com encaminhamento de mensagem sobre o motivo, bem como data e horário de retorno.

6.10 A Comissão de Seleção Pública de Fornecedores poderá encaminhar, pela plataforma, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtido melhor valor, bem como decidir sobre sua aceitação, tendo ou não ocorrido lance(s).

6.11 No caso de desconexão por parte da Comissão de Seleção Pública de Fornecedores, no decorrer da etapa competitiva do certame, a plataforma poderá permanecer acessível aos participantes para recepção dos lances, retomando a Comissão de Seleção Pública de Fornecedores, quando possível, sua atuação na Seleção Pública de Fornecedores, sem prejuízos dos atos realizados.

6.12 **Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, via sistema**.

6.13 É atribuição da Comissão de Seleção Pública de Fornecedores analisar e decidir, nos primeiros 10 (dez) minutos da ocorrência de sua desconexão com a plataforma, acerca da possibilidade de suspender a sessão pública, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.

6.14 Encerrada a etapa de lances, e divulgada a empresa pretensa vencedora, a sessão será suspensa, e dar-se-á prosseguimento aos trabalhos de análise habilitatória desta empresa.

6.15 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Seleção Pública de Fornecedores examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também, nessa etapa a Comissão de Seleção Pública de Fornecedores poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor valor.

6.16 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à Seleção Pública de Fornecedores constarão em ata divulgada na plataforma, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 O julgamento das propostas de preço dar-se-á pelo **menor valor por lote**, conforme estabelece o art. 11 do Decreto Federal n.º 8.241/2014, observando as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

7.2 Análise do **Lote**:

a) A Comissão de Seleção Pública de Fornecedores, ao abrir os itens para análise, abrirá o lote e procederá à análise das propostas dos itens daquele **lote**. A desclassificação de um único item de um determinado **lote** implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens do **lote**;

b) Finda a disputa, a aceitação será para o **lote**, não sendo possível aceitar parte dos itens, o mesmo ocorrendo nas demais fases de habilitação, adjudicação e homologação.

7.3 Será considerada desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao fixado neste edital, ou que apresentar valor manifestamente inexequível, desde que o interessado não apresente nova proposta em valor aceitável durante a etapa de lances.

7.4 Analisada a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão divulgará o resultado do julgamento das propostas de preços.

7.5 Se a proposta ou o lance, de menor valor, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Seleção Pública de Fornecedores examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo fornecedor declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

7.6 Ocorrendo a situação a que se refere este item, a Comissão de Seleção Pública de Fornecedores poderá negociar com o fornecedor para a obtenção de proposta mais vantajosa.

7.7 A desistência em apresentar lance implicará exclusão do fornecedor da etapa de lances e na manutenção do último valor apresentado por ele, para efeito de ordenação das propostas.

7.8 Caso não se realize lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação.

7.9 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão em ata divulgada na plataforma, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

TRATAMENTO DIFERENCIADO – DELIMITAÇÃO

7.10 A Lei Complementar n.º 123/2006 estabelece, em seus arts. 44 e 45, tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito de licitações públicas, prevendo o instituto do empate ficto como direito de preferência, nas hipóteses e percentuais legalmente definidos (até 5% em pregão e até 10% nas demais modalidades licitatórias)

7.11 O presente certame, contudo, constitui Seleção Pública de Fornecedores, promovida pela FAUEPG – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa, entidade com personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos. Conforme regras do edital, a seleção e a execução contratual submetem-se às normas aplicáveis ao procedimento, observadas as disposições do Código de Defesa do Consumidor e os princípios da teoria geral dos

contratos de direito privado, aplicando-se a legislação de licitações apenas de forma subsidiária, quando cabível.

7.12 Considerando que a Lei Complementar n.º 123/2006 vincula expressamente o empate ficto às licitações e às suas modalidades, e que a Seleção Pública de Fornecedores regida, em especial, pelo Decreto Federal n.º 8.241/2014 (bem como pelas normas estaduais e pelo regramento editalício) não constitui modalidade licitatória prevista na legislação geral de licitações, conclui-se que não se aplica ao presente procedimento o instituto do empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, por ausência de previsão legal específica que imponha sua adoção a seleções públicas de fundações de apoio.

7.13 Por razões operacionais, a disputa seja processada em plataforma eletrônica com nomenclaturas ou funcionalidades semelhantes às utilizadas em pregão e com adoção subsidiária de modo de disputa inspirado na Lei Federal n.º 14.133/2021, tal circunstância não altera a natureza jurídica desta Seleção Pública, permanecendo o julgamento e a adjudicação estritamente vinculados às regras expressamente estabelecidas neste Edital.

JUSTIFICATIVA E PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE

7.14 A opção descrita no item **7.10** fundamenta-se no fato de que o Decreto Federal n.º 8.241/2014, aplicável às fundações de apoio, não impõe a observância obrigatória dos institutos previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 para processos conduzidos por entidade de direito privado. Busca-se, assim, preservar a imparcialidade, a uniformidade de julgamento e o cumprimento dos prazos vinculados à execução do projeto. Permanecem garantidos a ampla competitividade, o tratamento isonômico entre os participantes e a possibilidade de saneamento de falhas meramente formais, desde que não comprometam a igualdade de condições ou a segurança da contratação.

8. HABILITAÇÃO

8.1 Serão inabilitadas as empresas que não apresentarem os documentos exigidos no presente edital e seus anexos ou que tais documentos apresentem irregularidades insanáveis.

8.2 Os documentos da habilitação e a proposta ajustada ao preço da etapa de lances, deverão ser enviadas no prazo indicado no item 8.9.

8.3 A proposta ajustada ao preço apresentado pelo fornecedor deverá contemplar os preços de todos os itens do lote.

8.4 A documentação relativa à **habilitação jurídica** (art. 19, Decreto Federal n.º 8.241/14) consiste em:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedades comerciais, e acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

8.5 A documentação referente à **regularidade fiscal e trabalhista** (Art. 20, Decreto Federal n.º 8.241/2014) consiste em:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral, emitido pela Receita Federal, referente ao **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica** (CNPJ);

b) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de **Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade, **o documento** deverá ser emitido com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** da data de abertura da sessão pública;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débito** ou **Certidão Positiva com efeito de Negativa com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais)**, do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei; A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade, **o documento** deverá ser emitido com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** da data de abertura da sessão pública;

d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débito** ou **Certidão Positiva com efeito de Negativa com a Fazenda do Município (Tributos Municipais)** onde for sediada a empresa. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade, **o documento** deverá ser emitido com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** da data de abertura da sessão pública;

e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) – CRF**, emitido pela Caixa Econômica Federal. O certificado deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade, **o documento** deverá ser emitido com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** da data de abertura desta Seleção Pública de Fornecedores;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa** ou **Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente

(http://www.tst.jus.br), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n.º 12.440/11. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade, **o documento** deverá ser emitido com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** da data de abertura desta Seleção Pública de Fornecedores.

8.6 Em nenhum caso será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido enviados, **na forma do item 8.9**, e a falta de quaisquer documentos implicará na inabilitação do fornecedor. Salvo se eles estiverem disponíveis no SICAF **ou** nos respectivos sítios de consultas *on-line* via internet, para verificar a sua autenticidade. **Não haverá juntada tardia de documento ausente, mas poderá haver diligência para autenticação ou saneamento formal, sem inovação documental essencial.**

8.7 A documentação referente à qualificação técnica (Art. 21, Decreto Federal n.º 8.241/2014) está assim definida:

a) Um Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em papel timbrado, contendo assinatura, identificação e telefone do emitente e devidamente identificado em nome do fornecedor, comprovando que a proponente fornece ou forneceu servidores corporativos para instalação em rack, compatíveis em características com o objeto deste processo.
b) Quando a proponente não for a própria fabricante dos equipamentos ofertados, declaração do fabricante específica para este processo, autorizando a empresa proponente a comercializar os equipamentos e a prestar os serviços exigidos, com identificação do signatário, cargo/função e informações de contato para eventual confirmação junto ao fabricante.

ATENÇÃO:

Cada atestado de capacidade técnica deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) Razão Social e CNPJ;
b) Responsável pela assinatura, endereço de e-mail/telefone de contato;
c) Discriminação do serviço prestado;
d) Volume ou quantidade de serviços realizados;
e) Período de realização dos serviços.

8.8 A documentação referente à **qualificação econômico-financeira** (Art. 22, Decreto Federal n.º 8.241/2014) consistirá em:

a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese de a certidão não mencionar prazo de validade da mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** anteriores à abertura da sessão pública;

b) Comprovação de que a empresa não está no CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS), esta comprovação se dará através de envio de impressão da página de consulta do site (http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS E OUTROS**, conforme modelo **ANEXO II**.

DO ENVIO DA PROPOSTA AJUSTADA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.9 A **proposta de preços** da PROPONENTE, acompanhada dos **documentos de habilitação**, deverá ser enviada para o e-mail **spf@fauepg.org.br** no prazo máximo de 1 (um) dia útil, contado a partir da convocação pela Comissão de Seleção Pública.

a) A documentação deve ser enviada em formato digital (PDF) e preferencialmente nominada com o número do item e o nome do documento, exemplo: "8.5.a – Cartão CNPJ.pdf".

b) O prazo estipulado no item 8.9 encerra-se às 23h59min do dia útil imediatamente subsequente à data da convocação.

8.9.1 A **Proposta de Preços** com o valor ajustado ao lance vencedor, na forma do modelo **ANEXO III**, devidamente assinada pelo representante legal. A proposta deve indicar o detalhamento do objeto que o fornecedor se compromete a entregar e deve estar de acordo com as especificações técnicas constantes do termo de referência.

DA PARTICIPAÇÃO DE MATRIZ E FILIAL

8.10 Se a **matriz participa** da Seleção Pública de Fornecedores, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. Ao contrário, se a **filial é que participa**, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu próprio CNPJ, à exceção daqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

a) A PROPONENTE responsável pela proposta **poderá optar que ela seja executada por sua filial**. Neste caso, a filial, será responsável pela emissão da nota fiscal eletrônica;

b) Somente será efetuado o pagamento do serviço prestado se a nota fiscal eletrônica for emitida com CNPJ idêntico ao da documentação de habilitação apresentada pela PROPONENTE;

c) No caso de a PROPONENTE optar pela execução pela filial (emissão de nota fiscal pela filial), deverá constar na proposta de preços o CNPJ desta filial.

8.11 Todos os documentos deverão ser apresentados em plena validade, podendo a

Comissão de Seleção Pública, realizar consultas *on-line* via internet, para verificar a sua autenticidade.

9. NÃO PODEM PARTICIPAR DA SELEÇÃO PÚBLICA

9.1 Somente poderão participar da presente Seleção Pública de Fornecedores pessoas jurídicas do **ramo de atividade** em consonância com o objeto do Edital, estabelecidas no país, e que satisfaçam as seguintes condições:

9.1.1 Não podem participar desta seleção as empresas que estejam cumprindo suspensão temporária de participação em seleção e impedimento de contratar com a FAUEPG; estejam impedidas de contratar com a União ou Administração; ou, que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

9.1.2 Que não possua em seu quadro societário sócio gerente, com poderes de gestão, direta ou indiretamente, empregado ou dirigente da FAUEPG ou vinculado ao ente disponibilizador dos recursos financeiros, da Administração Pública, Direta ou Indireta da União, do Estado, do Município ou do Distrito Federal, ou que tenha interesses institucionais na execução do Projeto, ressalvados os permissivos legais;

9.1.2.1 Em se tratando de Sociedade Anônima, não ser Presidente, Vice-Presidente e/ou qualquer outro cargo de Direção, Diretor Suplente ou Membro do Conselho de Administração;

9.1.3 Não poderá participar da Seleção Pública de Fornecedores, pessoa jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma Seleção Pública de Contratação como subcontratada de outro interessado;

9.1.4 Pessoas físicas e fornecedores que se apresentem na forma de empresas em consórcios e cooperativas;

9.1.5 Sejam empresas estrangeiras, sem representação legal no País com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pela Comissão de Seleção Pública de Fornecedores sempre que não houver recurso, e tendo sido efetuada a habilitação da empresa.

10.2 A homologação da Seleção Pública de Fornecedores é de responsabilidade do presidente da FAUEPG e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto à proponente vencedora pela Comissão de Seleção Pública de Fornecedores ou, quando houver recurso, pelo próprio presidente da FAUEPG.

11. RECURSOS (ART. 30 DO DECRETO FEDERAL N.º 8.241/2014) - FASE ÚNICA

11.1 Existindo intenção de interpor recurso, a empresa deverá manifestá-la, em até **10 (dez) minutos** da declaração da empresa vencedora, por meio eletrônico, e no prazo de 3 (três) dias úteis deverá apresentar as suas razões exclusivamente pela plataforma.

11.2 A manifestação de intenção de interpor recurso sem a apresentação dos memoriais, importará em não conhecimento do recurso interposto.

11.3 As demais empresas ficam, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões no mesmo prazo, a contar do término do prazo do recorrente.

11.4 O recurso contra a decisão da Comissão de Seleção Pública de Fornecedores não terá efeito suspensivo.

11.5 O recurso será dirigido à Comissão de Seleção Pública de Fornecedores que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de 3 (três) dias úteis, o encaminhará ao presidente da FAUEPG, que terá competência para a decisão final, em até cinco dias úteis.

11.5.1 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na FAUEPG e poderão ser enviadas eletronicamente, mediante solicitação pela plataforma e indicação de e-mail válido.

12. OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

12.1 Realizar a execução dos serviços nos prazos previstos.

12.2 Responsabilizar-se por todos os ônus referentes aos serviços contratados, bem como tudo que as leis trabalhistas e previdenciárias preveem para o exercício da atividade objeto do Termo de Referência.

12.3 Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste processo de compra, sem prévia autorização da FAUEPG.

12.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto.

12.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir os materiais e/ou serviços, objeto deste Edital, que apresentarem qualquer tipo de defeito ou executar serviços que estiverem fora das especificações contidas na proposta de preços, no prazo conferido pelo CONTRATANTE.

12.6 Dentro do prazo de validade da proposta, a pedido da FAUEPG, poderá ser aditada a contratação até o limite estabelecido por lei, nos termos deste Edital.

13. SANÇÕES APLICÁVEIS AOS PARTICIPANTES

13.1 **A CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, nas hipóteses de descumprimento de obrigações de menor gravidade, que não configurem mora ou inadimplemento;

b) Multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor adjudicado, incidente exclusivamente sobre atraso injustificado na entrega, limitada a 20% (vinte por cento);

c) Multa compensatória de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, na hipótese de inexecução parcial que cause grave dano;

d) Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, na hipótese de inexecução total;

e) Suspensão temporária de participação em seleções públicas e impedimento de contratar com a FAUEPG, por prazo de até 2 (dois) anos, nos termos do art. 28 do Decreto Federal n.º 8.241/2014.

13.2 **Aplicação e cumulação**: 13.2.1 As multas moratória e compensatória não incidirão cumulativamente sobre o mesmo fato, salvo quando a mora resultar em inexecução parcial distinta, hipótese em que se aplicará apenas a mais grave.

13.2.2 As sanções são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da conduta. 13.2.3 Na fixação da sanção serão observados os critérios de razoabilidade, proporcionalidade, natureza e gravidade da infração e os prejuízos efetivamente decorrentes.

13.3 **Do procedimento:**

13.3.1 A aplicação de sanções será precedida de processo administrativo autônomo, com notificação formal da CONTRATADA para apresentação de defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 13.3.2 A decisão será fundamentada e indicará os fatos, os dispositivos infringidos e os critérios de dosimetria adotados. 13.3.3 A multa poderá ser descontada dos pagamentos devidos ou da garantia contratual e, na insuficiência, cobrada judicialmente.

14. DA HOMOLOGAÇÃO, REVOGAÇÃO, ANULAÇÃO, FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO

DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 A homologação do processo de Seleção Pública de Fornecedores é de responsabilidade da autoridade competente (Presidente da FAUEPG), só podendo ser efetuada após decididos os recursos.

14.2 A autoridade competente (Presidente da FAUEPG) poderá revogar ou anular o procedimento de Seleção Pública de Fornecedores nas seguintes hipóteses:

DA REVOGAÇÃO

14.2.1 Poderá revogar a presente Seleção Pública de Fornecedores, a seu juízo, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato

superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

DA ANULAÇÃO

14.2.2 Deverá anular a presente Seleção Pública de Fornecedores, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, em caso de ilegalidade; ou

14.2.3 A nulidade do procedimento de Seleção Pública de Fornecedores não gera obrigação de indenizar.

14.2.4 A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o Contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

14.3 A **FAUEPG**, encaminhará 02 (duas) vias do Contrato para coleta das assinaturas.

14.3.1 A assinatura do Contrato está condicionada à apresentação do documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o Contrato em nome da empresa vencedora, exceto se **administrador ou sócio** da empresa, devidamente identificado no processo.

14.3.2 No caso de instrumento particular, deverá ser comprovada a capacidade do signatário para nomear procurador, mediante apresentação de cópia do estatuto social ou contrato social em vigor e, quando se tratar de sociedade anônima, da ata de nomeação do signatário.

14.3.3 Para celebração do Contrato e durante a sua execução, a empresa vencedora deverá manter as condições de habilitação.

14.3.4 Em caso de recusa ou impossibilidade da empresa vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou executar o objeto, ou quando não forem mantidas as condições de habilitação, a FAUEPG adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará as empresas remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para contratar com a FAUEPG, no prazo previsto no edital e nas condições propostas pela empresa vencedora.

14.4 A FAUEPG convocará a empresa vencedora para assinatura das 02 (duas) vias do Contrato.

14.5 Os serviços deverão ser iniciados de forma imediata, sob pena da empresa vencedora ser penalizada com base na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA da Minuta do Contrato (ANEXO IV), podendo ainda os serviços serem adjudicados à empresa segunda colocada. O prazo de execução dos serviços terá início imediato, na data de assinatura do Contrato.

14.6 Prazo de início dos serviços de garantia: até 60 (sessenta dias), a contar da data de

aceite dos equipamentos.

a) O prazo para início da execução do contrato será de forma imediata, na data de assinatura do Contrato.

b) Na contagem do prazo proposto, somente serão levados em conta para acréscimos do prazo de execução, os fatores impeditivos devidamente comprovados e justificados por escrito pela CONTRATADA e expressamente aceitos pela CONTRATANTE.

c) A fiscalização dos serviços será efetuada pelos profissionais designados, da área técnica, pelo Coordenador do Projeto

DA SUBCONTRATAÇÃO

14.7 A subcontratação não será admitida.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 As normas que disciplinam esta Seleção Pública de Fornecedores serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da FAUEPG e da UEPG, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2 Qualquer modificação no presente edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, a alteração não afetar a formulação da proposta.

15.3 **É facultado à Comissão de Seleção Pública de Fornecedores ou ao presidente da FAUEPG, em qualquer fase da fase externa, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo ou das propostas, desde que tenha por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa e desde que a diligência seja atendida no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.**

15.4 Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Seleção Pública de Fornecedores.

15.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

15.6 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do fornecedor, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública.

15.7 Para fins de aplicação da sanção administrativa constante no presente edital, o lance é considerado proposta.

15.8 O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta Seleção Pública de Fornecedores é o da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Ponta Grossa, 10 de novembro de 2026.

Benjamim de Melo Carvalho
Presidente da FAUEPG

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Aquisição de 4 (quatro) Servidores de rede para processamento e armazenamento de dados, novos e sem uso, para instalação em rack padrão 19", com 60 (sessenta) meses de garantia do fabricante, conforme especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

2. DO VALOR MÁXIMO

O VALOR GLOBAL MÁXIMO da contratação é de R$ 1.150.000,00.

LOTE	Descrição	Valor Unitário	Subtotal
ÚNICO	Servidor de rede para processamento e armazenamento de dados – 4 (quatro) unidades, com 60 (sessenta) meses de garantia do fabricante, conforme especificações do Termo de Referência – ANEXO I	**R$ 287.500,00**	**R$ 1.150.000,00**

Valor Global (LOTE ÚNICO)	**R$ 1.150.000,00**

3. ESPECIFICAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS

4 (quatro) unidades de SERVIDOR DE REDE PARA PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS, novos e sem uso, com 60 (sessenta) meses de garantia do fabricante, atendendo, no mínimo, às seguintes especificações:

3.1 GABINETE

3.1.1 Gabinete para instalação em rack de 19" através de sistema de trilhos deslizantes;

3.1.2 Altura de 1U ou 2U (duas unidades de rack);

3.1.3 Deve possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

3.1.4 Possuir display ou leds embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos;

3.1.5 Deverá ser entregue junto com o servidor, um kit de fixação para rack, do tipo retrátil, permitindo o deslizamento do servidor e a organização dos cabos de alimentação e dados a fim de facilitar sua manutenção;

3.1.6 Deve possuir sistema de ventilação redundante e hot-pluggable, que suporte a configuração ofertada dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento, e que permita a substituição mesmo com o equipamento em funcionamento.

3.1.7 Deverá ser fornecido com Módulo TPM 2.0;

3.1.8 A controladora de gerenciamento do servidor deverá permitir operar em modo de segurança criptográfica conforme o padrão FIPS 140-2 ou versão posterior, com comprovação por documentação oficial do fabricante referente à controladora e ao firmware ofertados;

3.2 FONTE DE ALIMENTAÇÃO

3.2.1 Mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes;

3.2.2 As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

3.2.3 As fontes de alimentação devem possuir certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM.

3.2.4 Cada fonte deverá possuir potência nominal mínima de 700 W e ser dimensionada pelo fabricante para suportar integralmente a configuração ofertada. As fontes deverão operar em redundância 1+1, de modo que uma única fonte suporte a carga total do servidor, sem perda de desempenho, em caso de falha ou retirada da outra. O dimensionamento deverá ser comprovado por documentação ou relatório de ferramenta oficial do fabricante;

3.2.5 As fontes deverão suportar tensão de entrada de 220 V em corrente alternada, com frequência de 60 Hz, fornecendo nessa condição a potência necessária ao funcionamento integral do servidor na configuração ofertada;

3.2.6 Deverá acompanhar um cabo de alimentação C13/C14 e um cabo de alimentação NBR 14136, de pelo menos 1,5m, para cada fonte de alimentação fornecida;

3.3 PROCESSADOR

3.3.1 Equipado com 2 (dois) processadores de 24 núcleos e 48 threads cada, com arquitetura x86;

3.3.2 Deve suportar conjunto de instruções estendido compatível com padrão AVX-512;

3.3.3 Consumir no máximo 280W cada;

3.3.4 Frequência de clock interno base de no mínimo 2.0 GHz;

3.3.5 Controladora de memória com suporte a DDR5;

3.3.6 Memória cache de pelo menos 40 MB por processador;

3.3.7 O processador deverá pertencer à família Intel Xeon. Deverá atender cumulativamente aos demais requisitos técnicos de processador estabelecidos nesta especificação. A proposta deverá identificar fabricante, modelo e geração, com comprovação por documentação oficial do fabricante;

3.4 MEMÓRIA RAM

3.4.1 Módulos de memória RAM tipo DDR5 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM) com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code) e velocidade de, no mínimo, 6400MHz;

3.4.2 Deve possuir no mínimo 16 (dezesseis) slots de memória DIMM;

3.4.3 Possuir pelo menos 256 (duzentos e cinquenta e seis) GB de memória RAM instalada, com módulos homologados e distribuídos entre os processadores conforme as regras de população e balanceamento do fabricante, preservados os demais requisitos de memória e de capacidade de expansão;

3.4.4 O servidor deve suportar expansão de memória RAM para até no mínimo 1 TB (um terabyte);

3.5 CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE

3.5.1 O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;

3.5.2 Placa mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado. Comprovar junto a proposta de preços;

3.6 CONTROLADORA DE VÍDEO

3.6.1 Deve ser do tipo onboard (integrado na placa mãe);

3.6.2 Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo: mínimo de 16 MB (dezesseis megabytes);

3.6.3 Resolução gráfica de 1920 x 1080 pixels ou superior.

3.7 BIOS E SEGURANÇA

3.7.1 BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas. Comprovar junto a proposta de preços;

3.7.2 Deve ser atualizável por software;

3.7.3 Deverá ser fornecido tampa frontal;

3.7.4 Deverá emitir alerta de abertura do gabinete através de sensor interno de intrusão;

3.7.5 Deverá suportar escaneamento de BIOS Firmware em tempo real para detecção de código malicioso;

3.8 PORTAS DE COMUNICAÇÃO

3.8.1 Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;

3.8.2 Possuir 2 (duas) interfaces USB na versão 3.0 ou superior;

3.8.3 Possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de vídeo, padrão VGA (DB-15) ou Mini-DisplayPort;

3.9 INTERFACE DE REDE

3.9.1 Possuir 4 (quatro) portas de rede 10/25Gb SFP28, divididas em duas placas distintas;

3.9.1.1 Para cada porta, deverá ser entregue um transceiver 25Gb, instalado na placa, um em cada porta;

3.10 DISPOSITIVO PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA OPERACIONAL

3.10.1 Deverão ser fornecidos 2 (dois) discos SSD, hot-plug, com capacidade mínima de 480GB e taxa de transferência mínima de 6Gb/s, configurados em RAID 1 por controladora em hardware integrada aos discos ou dedicada;

3.10.2 Não serão aceitas soluções baseadas em cartão SD ou similar;

3.11 SISTEMA OPERACIONAL

3.11.1 O servidor deverá ser ofertado SEM sistema operacional;

3.11.2 O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado. Indicar na proposta;

3.11.3 O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2022, 2025 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: http://www.windowsservercatalog.com;

3.11.4 O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 9 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Red Hat no link: https://hardware.redhat.com/hwcert/index.cgi;

3.11.5 O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESXi 8.0 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: http://www.vmware.com/resources/compatibility;

3.12 GERENCIAMENTO E INVENTÁRIO

3.12.1 O equipamento deve possuir solução de gerenciamento do próprio fabricante através de recursos de hardware e software com capacidade de prover as seguintes funcionalidades:

3.12.2 O software de gerenciamento deverá estar licenciado para todas as funcionalidades requisitadas nestas especificações e unificar as operações de administração, monitoramento e gestão de tarefas de gerenciamento de todos os servidores fornecidos em uma única console gráfica.

3.12.3 Permitir o monitoramento remoto de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes;

3.12.4 Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI;

3.12.5 Emitir alertas de hardware através do software de gerência e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;

3.12.6 Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;

3.12.7 Permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;

3.12.8 Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

3.12.9 As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistema operacional;

3.12.10 A console virtual (com KVM Virtual) deverá ser acessível via interface HTML5;

3.12.11 Suportar os protocolos de gerenciamento, IPMI, SNMP v3, SSH e REDFISH;

3.12.12 O software de gerenciamento deverá permitir instalação remota de sistemas operacionais.

3.12.13 Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;

3.12.14 Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

3.12.15 Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local.

3.12.16 A interface de gerenciamento e os softwares do fabricante deverão ser ofertados com licenciamento perpétuo, permitindo o uso mesmo ao final da garantia do equipamento;

3.13 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

3.13.1 Deverão ser disponibilizados, com o equipamento ou eletronicamente, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

3.14 INSTALAÇÃO

3.14.1 A execução da instalação física e setup/configuração ficará sob responsabilidade da CONTRATANTE. Caso necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA direcionamento na documentação e canais de suporte para dúvidas ou questionamentos sobre a configuração.

3.15 CERTIFICADOS

3.15.1 Deverá ser apresentada, juntamente com a proposta ajustada ao lance vencedor (item 8.9 do Edital), a certificação comprovando que o equipamento está em conformidade com a norma IEC 60950, Energy Star, Rohs e Inmetro, ou mais recentes;

3.15.2 As atualizações de BIOS/UEFI deverão possuir autenticação criptográfica por assinatura digital, com verificação da autenticidade e da integridade antes de sua aplicação, conforme as diretrizes aplicáveis da NIST SP 800-147B ou da NIST SP 800-193. O atendimento deverá ser comprovado por documentação técnica oficial do fabricante relativa ao equipamento ofertado;

3.15.3 O fabricante do servidor deve ser membro do DMTF (Desktop Management Task Force) na categoria “BOARD”, comprovado através de acesso a página http://www.dmtf.org/about/list/;

3.16 GARANTIA

3.16.1 Deve adquirir a garantia do fabricante, por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, considerando a reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica, e suporte, com atendimento remoto e abertura de chamado em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana);

3.16.1.1 Deverá ser apresentado SKU ou número de série da garantia ofertada junto a proposta de preços;

3.16.2 Os serviços de reparo dos equipamentos especificados serão executados, quando necessário, onde se encontram instalados os equipamentos (ON-SITE), em horário comercial;

3.16.3 O prazo máximo para atendimento do chamado no local para problemas mais críticos deve ser de até 8 (oito) horas corridas após a sua abertura e diagnóstico remoto;

3.16.3.1 Comprovar junto a proposta final o tempo de atendimento no local, indicando a cidade da contratante, por meio de documento ou relatório de ferramenta oficial do fabricante, ou ainda, através de declaração emitida pelo fabricante ou distribuidor autorizado.

3.16.4 A CONTRATANTE poderá abrir o equipamento, sem previa autorização, para efetuar instalação de pentes de memória, discos e outros periféricos sem prejuízo da garantia, desde que seguindo as boas práticas do fabricante do equipamento e com componentes homologados.

3.16.5 A CONTRATADA e o Fabricante devem possuir Central de Atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia;

3.16.6 O fabricante também deve oferecer canais de comunicação e ferramentas adicionais de suporte online como “chat”, “email” e página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo;

3.16.7 Durante o prazo de garantia será substituída sem ônus para o CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que

há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo-se quando o defeito for provocado por uso inadequado;

3.16.8 Esta modalidade de cobertura de garantia deverá, obrigatoriamente, entrar em vigor a partir da data de aceite dos equipamentos pela CONTRATANTE;

3.16.9 Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante (informar url para comprovação), que permita verificar os componentes entregues de fábrica e a garantia do equipamento, através da simples inserção do seu número de série do equipamento, sem necessidade de senhas de acesso;

3.16.9.1 Os equipamentos entregues serão verificados e devem constar as peças e softwares ofertados na proposta, para o devido aceite, a fim de garantir que todos os itens são integrados em fábrica e cobertos pela garantia do fabricante;

3.16.10 A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não deve gerar quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto;

3.17 OUTROS

3.17.1 Quando a proponente não for a própria fabricante dos equipamentos ofertados, deverá apresentar declaração do Fabricante específica para o edital, autorizando a empresa proponente a comercializar o equipamento e os serviços exigidos;

3.17.2 Os componentes do equipamento deverão ser homologados pelo fabricante. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento;

3.17.3 Apresentar declaração do fabricante ou distribuidor autorizado, informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação, e que serão integrados em fábrica, sem quaisquer modificações da licitante;

3.17.4 Deverá ser indicado na proposta final o SKU ou partnumber pelo menos dos seguintes itens: Chassi, processadores, memórias, armazenamento, controladora de discos, interfaces de rede, fonte, interface de gerenciamento, serviço de garantia, trilhos, sob pena de desclassificação;

3.17.5 Apresentação de no mínimo um atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com os objetos da seleção emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente.

4. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

Os equipamentos deverão ser entregues no Datacenter do Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Campus Uvaranas, em dias úteis, no horário das 8h às 17h, mediante prévio agendamento com o Gestor do Contrato. O prazo de entrega será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento formal da Ordem de Compra/Fornecimento pela CONTRATADA, emitida após a assinatura do Contrato.

5. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

Os equipamentos deverão possuir garantia do fabricante pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de aceite dos equipamentos pela CONTRATANTE, contemplando a reposição de peças danificadas, mão de obra de assistência técnica e suporte, com atendimento remoto e abertura de chamados em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), reparo on-site em horário comercial e prazo máximo de atendimento no local de até 8 (oito) horas corridas após a abertura e o diagnóstico remoto do chamado, nas condições detalhadas no item 3.16 deste Termo de Referência.

6. GESTÃO DO CONTRATO

Fica estipulado como Gestor da contratação será o Sr. Jonathan de Matos e para a Fiscalização o Sr. Luiz Gustavo Barros.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto será recebido provisoriamente em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega, para efeito de verificação da conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas e os quantitativos constantes deste Termo de Referência.
O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade e do pleno funcionamento dos equipamentos, mediante emissão de termo de aceite pelo Gestor do Contrato.
O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA das responsabilidades relativas à garantia e ao suporte técnico do objeto, nos termos deste Termo de Referência.

8. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega definitiva do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo gestor do contrato e verificação da conformidade dos bens entregues.

A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Ponta Grossa – PR, 29 de outubro de 2026

Jonathan de Matos
Professor de Ensino Superior

ANEXO II

Modelo Declaração

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTO E OUTROS

(Nome da empresa). ..... , CNPJ
n.º....., sediada (endereço completo)..... , declara, sob pena das legislações vigentes que:

a) até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação no presente processo de seleção de fornecedores, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) declaro não empregar menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7.º da Constituição Federal;

c) não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado observando o disposto no inciso III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5.º da Constituição Federal; e

d) compromete-se a observar as normas anticorrupção previstas na Lei Federal n.º 12.846/2013.

..... (cidade),.....de
.....
de 2026.

.....
(nome/assinatura)

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA

À
FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Referência: **Seleção Pública de Fornecedores n. º 020/2026**

Objeto: SERVIDORES DE REDE PARA PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS, conforme especificações constantes do Termo de Referência – ANEXO I.

Razão Social da Proponente:
CNPJ.:
Endereço:
Telefone: E-mail:

LOTE ÚNICO

LOTE	Descrição	Valor Unitário	Subtotal
	Servidor de rede para processamento e armazenamento de dados – 4 (quatro) unidades, com 60 (sessenta) meses de garantia do fabricante, conforme especificações do Termo de Referência – ANEXO I		

Valor Global (LOTE ÚNICO)	

Validade da Proposta: 90 (noventa)

dias Dados Bancários:
Banco:
Ag.
Conta Corrente:

LOCAL DE ENTREGA

Conforme **Termo de Referência – ANEXO I** do edital.

DO PAGAMENTO

Conforme **Termo de Referência – ANEXO I** do edital.

Responsável pela proposta:

Nome: E-mail:

Fone:

Data e assinatura:

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO
(A SER PREENCHIDO FUTURAMENTE PELA EMPRESA VENCEDORA)

Contrato n.º ..../2026

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, instituída por Escritura Pública lavrada no Cartório Correia – 2.º Tabelionato – da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, às folhas 101 a 114 do livro 323-E, em 04 de dezembro de 2006, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sem fins lucrativos e por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 123, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná, doravante denominada **FAUEPG**, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Benjamim de Melo Carvalho, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, como **CONTRATADA**, a empresa _____, inscrita no CNPJ. sob n.º _____ , Inscrição Estadual n.º _____, estabelecida à (Rua / Avenida / n.º) Bairro, Cidade, Estado, Telefone, e-mail, neste ato representada pelo seu (Diretor / Administrador / Representante Legal), Sr. _____; RG: _____, CPF/MF sob o n.º _____, acham-se justos e contratados, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

A presente Seleção Pública tem por objeto **a aquisição de SERVIDORES DE REDE PARA PROCESSAMENTO E ARMAZENAMENTO DE DADOS,** conforme especificações constantes do Termo de Referência – ANEXO I do Edital de Seleção Pública de Fornecedores, na forma eletrônica, **sob o n.º 020/2026.**

Lote	Item	Especificação Técnica	Qtde	Valor Unitário	Subtotal
Único	**1**	Servidor de rede para processamento e armazenamento de dados, com 60 (sessenta) meses de garantia do fabricante, conforme especificações do Termo de Referência – ANEXO I	**4**		
		VALOR GLOBAL PROPOSTO– LOTE ÚNICO			

1.1 Os equipamentos deverão ser entregues nos exatos termos do memorial descritivo e das especificações técnicas constantes do **Termo de Referência – ANEXO I**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR

2.1 O valor do presente Contrato é de **R$..... (. .....)** e corresponde ao preço
global proposto pela **CONTRATADA** na **Seleção Pública de Fornecedores, na forma eletrônica, sob o n.º 020/2026,** para a aquisição de equipamento.

2.2 O valor constante desta cláusula será pago à **CONTRATADA**, após verificação e aceitação por parte da fiscalização da **CONTRATANTE**.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO

3.1 A **CONTRATADA** deverá obedecer às especificações técnicas contidas no **ANEXO I** do Edital de **Seleção Pública de Fornecedores, na forma eletrônica, sob o n.º 020/2026.**

4. CLÁUSULA QUARTA: DOS PRAZOS

4.1 **Prazo de entrega**: até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do recebimento formal da Ordem de Compra/Fornecimento pela CONTRATADA, emitida após a assinatura do Contrato.

4.2 **Prazo de garantia**: mínimo de **60** (sessenta) meses, a contar da data de aceite dos equipamentos pela CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA: DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

5.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da legislação vigente, observadas as normas aplicáveis às contratações da FAUEPG e, subsidiariamente, o disposto no Decreto Federal n.º 8.241/2014 e na Lei Federal n.º 14.133/2021, no que compatível com a natureza privada da CONTRATANTE.

5.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, vedada a supressão que importe em prejuízo ao objeto ou em alteração de sua natureza.

5.3 Qualquer alteração deverá ser formalizada por termo aditivo escrito, precedida de justificativa da área técnica competente e de manifestação da Assessoria Jurídica, vedada a alteração verbal

6. CLÁUSULA SEXTA: DO RECEBIMENTO

6.1 Os equipamentos serão recebidos da seguinte forma:

6.1.1 Recebimento provisório: em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da entrega, para efeito de verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas e os quantitativos constantes do Termo de Referência – Anexo I.

6.1.2 Recebimento definitivo: em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da conformidade e do pleno funcionamento dos equipamentos, mediante emissão de termo de aceite pelo Gestor do Contrato.

6.1.3 Cada item recebido será aferido de forma individual e confrontado com a especificação fornecida na proposta da CONTRATADA.

6.1.4 O recebimento definitivo não exime a CONTRATADA das responsabilidades relativas à garantia e ao suporte técnico do objeto, nos termos do Termo de Referência – Anexo I.

7. CLÁUSULA SÉTIMA: DO PAGAMENTO

7.1 Para pagamento, a **CONTRATADA** protocolará requerimento de pagamento junto à **FAUEPG**.

7.2 A (s) nota (s) fiscal (ais) deverão ser emitidas em nome da **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, Rua Siqueira Campos, n.º 123, Bairro Uvaranas, 84.031-030, Ponta Grossa, Estado do Paraná, informando o número do **TED n.º 141/2025, no âmbito do Programa de Fomento à Integração e Gestão de Dados Acadêmicos na UEPG**

7.3 Os pagamentos dos equipamentos serão efetuados da seguinte forma:

7.3.1 **EQUIPAMENTOS:** após a entrega e a aferição das especificações, conforme estabelecido na Cláusula Quarta, com a aplicação de eventuais descontos, caso existam, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento definitivo dos equipamentos e do atesto das respectivas Notas Fiscais pela CONTRATANTE

7.3.2 O pagamento será realizado em conta corrente junto ao Banco **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, para conta corrente de outros bancos **poderá** haver cobrança de tarifa (conforme tabela vigente da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). Deverá estar acompanhado dos seguintes documentos pela **FAUEPG**:

- Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) (**Tributos Federais**);
- Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa com a Fazenda do Estado (**Tributos Estaduais**);
- Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa com a Fazenda do Município (**Tributos Municipais**);
- Certificado de Regularidade do **FGTS** (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**)

7.4 Para a liberação do pagamento, a **CONTRATADA** deverá manter, na data do atesto, a regularidade fiscal e trabalhista exigida para a habilitação, mediante apresentação das certidões previstas no item 8.5 do Edital, admitida a consulta a sítios eletrônicos oficiais para comprovação de sua validade.

7.4.1 Eventual pendência de regularidade não autoriza a retenção indefinida do valor devido, devendo a **CONTRATANTE** conceder prazo para regularização e, persistindo a irregularidade após notificação, adotar as providências previstas na Cláusula Décima Segunda.

7.4.2 As retenções tributárias na fonte, quando legalmente devidas, serão efetuadas na forma da legislação aplicável.

7.5 Caso se constate irregularidade na Nota Fiscal apresentada a **FAUEPG** devolverá à **CONTRATADA**, para as devidas correções, considerando-a como não recebida para efeito de prazo de pagamento.

7.6 Ocorrendo a devolução da Nota Fiscal, o prazo para pagamento será automaticamente renovado a partir da solução das respectivas pendências.

7.7 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou

inadimplência, nos termos da legislação vigente e deste Contrato.

7.8 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = N.º de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

7.9 O processamento do depósito com observância dos dados fornecidos na Proposta constitui prova de quitação da obrigação para todos os efeitos legais, ficando a **CONTRATADA** responsável por quaisquer consequências decorrentes da apresentação inexata dos dados bancários.

8. CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 O pagamento decorrente do objeto desta Seleção Pública de Fornecedores correrá à conta dos recursos do **TED n.º 141/2025, no âmbito do Programa de Fomento à Integração e Gestão de Dados Acadêmicos na UEPG**

9. CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES

9.1 Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

9.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

9.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

9.1.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do equipamento recebido provisoriamente, com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.1.4 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

9.1.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou de servidores especialmente designados, a quem caberá subsidiar o gestor para atesto das faturas apresentadas.

9.1.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor ao fornecimento dos equipamentos, no prazo e forma estabelecidos neste Edital e seus anexos.

9.1.7 Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e

fatura fornecida pela CONTRATADA, no que couber.

9.1.8 Proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir o que estabelece este Contrato.

9.1.9 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.1.10 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

9.2 Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

9.2.1 Executar a entrega dos equipamentos conforme especificações do termo de referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

9.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos a CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.4 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade a CONTRATANTE.

9.2.5 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, bem como não permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.2.6 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

9.2.7 Manter durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação exigidas na Seleção Pública de Fornecedores.

10. CLÁUSULA DÉCIMA: DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 Não será permitida subcontratação.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO GESTOR E DA EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

11.1 A gestão do contrato caberá a Jonathan de Matos, e a fiscalização a Luiz Gustavo Barros.

11.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, resultantes de

ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

11.3 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do **CONTRATANTE**, não elide nem diminui a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou do servidor designado para a fiscalização.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA INEXECUÇÃO, EXTINÇÃO E PENALIDADES

12.1 As sanções e o procedimento para sua aplicação são os previstos no Capítulo 13 do Edital, que integra este Contrato para todos os efeitos, aplicando-se as multas e penalidades ali disciplinadas de forma **uniforme e não cumulativa sobre o mesmo fato**, preservados o contraditório e a ampla defesa

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO

13.1 O extrato do presente Contrato será disponibilizado no sítio eletrônico da FAUEPG no seguinte endereço: http://www.fauepg.org.br.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 Aplica-se à execução do presente Contrato, em especial aos casos omissos, a Lei Estadual n.º 20.537/2021, o Decreto Estadual n.º 8.796/21, o Decreto Federal n.º 8.241/14, o Código de Defesa do Consumidor, subsidiariamente, o cumprimento das obrigações será exigido nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e, ainda, pelo estabelecido no edital de Seleção Pública de Fornecedores e as normas de direito privado.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS DO PRESENTE CONTRATO

15.1 Eventuais dúvidas sobre a execução e interpretação das Cláusulas do presente Contrato serão solucionadas por meio da aplicação do princípio constitucional da proporcionalidade, da boa-fé objetiva (artigo 422 do Código Civil) e da função social dos contratos (artigos 421 e 2.035, parágrafo único, ambos do Código Civil), bem como de conformidade com os princípios gerais de direito, levando-se em conta sempre e preponderantemente o interesse público (coletivo) a ser tutelado.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO REAJUSTE

16.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponta Grossa como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em **02 (duas) vias** iguais e rubricadas para os fins de direito e na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Ponta Grossa, ... de ..... de 2026.

NOME COMPLETO
Diretor / Administrador /
Sócio

Benjamim de Melo Carvalho
Presidente

Testemunha

Testemunha